

Etnografia sobre violência contra mulheres defesas

Eliene Berto Ferreira Santos

Resumo: A antropologia vem desenvolvendo e dando visibilidade aos estudos sobre corpos defesas. No Brasil, esses estudos se desenvolvem de forma tardia, uma vez que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é de 2015. Com os avanços dos debates, surge a emergência de tratar sobre contornos específicos, como os das mulheres defesas, ao investigar suas experiências e percursos, que cotidianamente são marcados por uma dupla vulnerabilidade social, acometida pela interseccionalidade da violência de gênero e do capacitismo. Deste modo, através da literatura e de algumas notas de coleta de dados, a partir do método etnográfico, me proponho a evidenciar junto das minhas interlocutoras, como essas intersecções marcam e moldam as experiências dos corpos de mulheres defesas, questionando quais são os desdobramentos das relações de gênero e capacitistas e como essa intersecção causa impactos na vida de mulheres defesas. O ponto de vista biomédico define e fomenta com a leitura social de que pessoas com deficiência são hierarquicamente inferiores, incapazes, anormais e desumaniza nossos corpos, negando que também possuímos autonomia, desejos, anseios, necessidades de socialização e respeito. A invisibilização dessas desigualdades e violências prejudica o desenvolvimento de políticas públicas que pautem o enfrentamento cruzado do capacitismo e da violência de gênero.

Palavras-chaves: Gênero; Violência; Deficiência; Vulnerabilidade

INTRODUÇÃO

No Brasil, o campo antropológico cada vez mais vem amadurecendo os estudos sobre deficiência, entretanto as movimentações e interesses em torno das especificidades das mulheres defesas¹ ainda são pouco exploradas. O movimento de mulheres vem se mostrando cada vez mais heterogêneo, com desdobramentos que evidenciam singularidades para além do gênero, como: classe, raça/etnia, orientação sexual, etc. Foi a partir das discussões do

¹ Anahí Guedes de Mello (2019), sugere o uso termo “defesas”, como uma abreviação do termo pessoas com deficiência. O termo defesas surge com a tentativa de aleijar a expressão deficiência que é carregada de estereótipos, a partir das concepções biomédicas. Aleijar é um termo desenvolvido pela teoria crip, que visa a necessidade de descolonizar as práticas antropológicas. O termo defesas também convida a relacionar a teoria anticapacitista à uma reflexão interseccional de gênero, raça e classe que contemple de forma mais satisfatória a pluralidade e a variabilidade dos corpos e mentes existentes.

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

movimento feminista que as ciências sociais passaram a investigar como a naturalização do poder masculino, perpassa as vivências de mulheres (Louro, 1995).

Entretanto, observa-se que as discussões sobre as pautas referentes às especificidades das mulheres deficias crescem pela movimentação das próprias mulheres deficias ou por pesquisadores acadêmicos. Historicamente, as pautas de mulheres no geral, cuidadoras e de mulheres com deficiência não eram vistas como relevantes por diversas instâncias. O ativismo deficã aponta que mesmo com a presença de leis e políticas públicas voltadas para a garantia, proteção e busca de direitos das mulheres no Brasil, as mulheres deficias ainda não são percebidas e ouvidas. A leitura constitucional e da sociedade sobre as pessoas com deficiência é de apenas proteger, tornando cada vez mais seus ciclos restritos e segregados, e dificilmente é dada a possibilidade de ocuparem espaços, enquanto sujeitos políticos, protagonistas dos seus locais de trabalho, estudos e da sua própria história.

As pessoas deficias experimentam esses ciclos sociais mais restritos e segregados, pelas concepções patologizadas da deficiência, enquanto doença e um corpo lesionado, incapaz de proceder em atividades cotidianas. Diniz (2007) pondera que o modelo social da deficiência, alimenta a ideia de que a deficiência deve ser distanciada da experiência de segregação e opressão, fugindo dos padrões hegemônicos, contendo parâmetros de inclusão que incluam pessoas com deficiência nos espaços sociais. Considerando os avanços dos estudos sobre deficiência, faz-se necessário investigar de que forma as experiências vividas por homens deficias se diferenciam das experiências vividas por mulheres deficias, uma vez que as relações sociais são puramente baseadas nas relações de poder que norteiam as posições conjunturais, apoiadas pelas estruturas do sistema capitalista, patriarcal e colonial, que tomam por base frear e estabelecer discussões e consciência, acerca das opressões e desigualdades (QUIJANO.) É necessário refletir como as relações estruturais e sociais marcam fortemente o fazer antropologia. Mauss e Hubert (2003), argumenta que as estruturas sociais são internalizadas pelos indivíduos e moldam suas ações e pensamentos. Considerando a complexidade das estruturas e suas reverberações, faz-se necessário compreender as especificidades de cada categoria interseccional que perpassa as experiências, histórias e vida dos indivíduos (AKOTIRENE, 2019). Nesse sentido, as mulheres deficias têm suas experiências atravessadas pelos valores patriarcais dominantes e pelas percepções capacitistas, resultando em uma dupla desvantagem e vulnerabilidade, pela categorização de poder. Essa dupla vulnerabilidade ainda pode estar alinhada a outros tipos de marcadores sociais, como e raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião (VERNON, 1999; MAYA, 2004; MELLO & NUERNBERG, 2012).

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

O objetivo deste artigo é trazer ponderações interseccionais entre gênero e deficiência, no sentido de dar maior visibilidade às experiências das mulheres deficias, a partir das minhas rotas de pesquisa exploratória de campo, em paralelo à literatura. Para tornar evidente as notas de campo, colhidas em 2021, trarei narrativas de duas interlocutoras, que aqui terão suas identidades resguardadas e serão referidas por pseudônimos, sendo elas: Vanessa² e Amélia. A questão central que norteia essa escrita é baseada na busca da compreensão dos desdobramentos das relações de gênero e capacitistas e como essa intersecção causa impactos na vida de mulheres deficias.

Eu e a outra: Minhas experiências enquanto mulher deficiada e pesquisadora

O fazer antropologia requer coragem para lidar com os desafios de estudar particularidades essenciais que atravessam os corpos e as experiências dos que compunham o campo antropológico: indivíduos, situados em determinados lugares, regidos pelas relações sociais, de poder e de sistemas. Fazer antropologia é aprender com o lugar de interlocução e de pesquisa, de enriquecer nossas mentes e computadores, com as histórias e vozes que narram o “eu e/ou “coletivo”. Estes indivíduos constituem posições e identidades, em sociedades em que as relações de poder formam hierarquias e tornam determinadas realidades desiguais e hediondas. Apesar dos avanços sociais que norteiam as posições conjunturais, apoiadas pelas estruturas do sistema capitalista, patriarcal, muitos ainda são os enfrentamentos que tomam por base frear e estabelecer discussões e consciência, acerca das opressões e desigualdades. Desigualdades étnico-raciais, gênero, classe e desigualdades de corporalidades, como de corpos de pessoas com deficiência, pessoas gordas e/ou indivíduos que estejam fora dos padrões econômicos de produtividades.

Minha relação com pautas identitárias começa com a minha possibilidade de acesso a outras esferas de discussões acadêmicas e políticas. Foi durante meu ensino médio que comecei a alcançar pautas dos movimentos sociais e do campo, que se dirigiam aos debates de gênero, raça e classe, sexualidade. Considero o meu ensino médio como o meu período de descobertas para além da bolha em que meus pensamentos habitavam, sempre conduzidos pela lógica patriarcal e religiosa repassada pela família. Durante toda minha vida, tive certeza de que eu precisava sempre me posicionar e saber ter voz pra conseguir ser ouvida. Nossas

² Os dados de campo recolhidos em 2021 trazem os relatos de Vanessa (nome fictício) enquanto uma mulher, cisgênera e bissexual. Essas narrativas fazem parte apenas de uns dos capítulos da sua história. Hoje ele constrói suas experiências com base em outras realidades enquanto um homem trans.

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

identidades e posições nos colocam a estar atentas. Venho de uma realidade que eu sempre precisei ‘falar duas vezes mais alto’ para precisar me colocar em histórias e lugares que eu precisava estar e queria, mas essa possibilidade parecia ser impossibilitada por viver em um corpo desigual, um corpo diferente e digno de segregação. Apesar de não entender a profundidade dos problemas que impunham sob meu corpo, eu sabia que eu precisava me colocar em defesa de pessoas que partilhavam de identidades iguais as minhas. Me colocava em defesa da minha mãe, em ocasiões em que ela estava em vulnerabilidade, precisar defender das agressões que o patriarcado reflete sob ela. Também para defender minha irmã de um namorado abusivo que tentava deixá-la presa em uma caixa, intocável e impossibilitada de fazer suas próprias escolhas e viver sua vida. Desde sempre eu senti urgência de proteger e também de receber proteção das minhas e dos meus. Então somente estando em outra fase da minha vida, que permitiu explorar outras visões e a enxergar onde eu mesma estava inserida e como eu e o coletivo nos colocamos no mundo.

Quando outra porta se abre na minha história, que é a Universidade, surge a oportunidade de conhecer outras informações, debates e pessoas que falavam sobre interfaces das várias formas de existir, subsistir e de se relacionar. Apesar de ser uma mulher com deficiência física, foi apenas na graduação, no curso de ciências sociais, que eu observei a deficiência enquanto um objeto político. Então tomei a decisão de iniciar os estudos sobre gênero e deficiência, que perduram até hoje, com o objetivo de investigar a intersecção entre gênero e capacitismo, acerca da dupla vulnerabilidade sobrepostas às mulheres com deficiência, a partir de um resultado, que é a violência. Durante conversas com minhas interlocutoras, por estar inserida em movimento social, fazendo parte de grupos de estudos e pesquisa sobre gênero e sexualidade, tendo acesso a debates e estudos específicos, percebi que o necessário a ser feito sempre, para que nossos esforços, sabedorias e ciência atravessem os muros da universidade e cheguem até os indivíduos, é necessário unir a teoria dos estudos e as ações práticas. O laço estreitado pela pesquisa pode ser muito bem aproveitado para construir relações de troca de conversas, de posicionamento a situar o enfrentamento a políticas que colocam determinados corpos em lugar de subalternidade e de sofrimento social. Um dos meus objetivos de pesquisa é divulgar canais alternativos que acolham as histórias e prestem apoio às vítimas de tais delitos, com o propósito de cura.

Tratando de violência de gênero e capacitismo, diversas situações se fizeram presentes em minha vida e nas vidas de outras mulheres, levando a unir pautas, como Creenshaw reitera sobre interseccionalidade, para entender os diversos tipos de opressão, sobretudo os experienciados por mulheres negras. É necessário interseccionar

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

particularidades, a fim de entender e discutir sobre como um corpo se situa nas relações sociais. As mulheres com deficiência, com quem eu tive momentos de trocas durante esse período, carregam muitas histórias enfrentadas pelas consequências das desigualdades de gênero e capacitistas, ao gerarem situações de violência, de exclusão social, de comparação à incapacidade de ser, fazer, estar e se relacionar. Historicamente direitos, espaços e condições foram negados a esse e a outros grupos específicos que constituem minorias sociais. São muitos os desafios para lidar emocionalmente com relatos e situações tão delicadas. Ponderações importantes resultantes disso, para além do pensar científico, é a conversa, a troca de informações, com toques de força e afeto. É necessário perceber esse processo de pesquisa, enquanto um processo de cura e força coletiva, onde nossas dores sejam acalentadas pela força política e pela luta contra a opressão sob nossos corpos. A pesquisa enquanto um espaço de acolhimento é primordial para que os laços científicos se estreitem e se unifiquem com as pautas sociais. A importância dessas ponderações se apresentam na fala de Vanessa, após da narração de mais um episódio de violência que ela vivencia

“A gente mora num país que não protege de forma alguma a mulher, mas eu sei que quando eu precisar eu posso contar com você, tenho certeza disso. Só o fato da sua energia, de você me ouvir e conversar, já me ajuda bastante nesse processo de cura” (Vanessa).

O saber biomédico e a experiência da deficiência

O saber hegemônico biomédico, ao longo dos tempos estabelece o poder de dominação e supremacia, baseado no conhecimento e práticas biomédicas. Essa abordagem tem comumente a utilização dos elementos laborais e científicos, que buscam patologizar todas as causas com argumentos biológicos, tornando irrelevante a compreensão de fatores sociais, psicológicos, culturais e ambientais que venham fazer parte da constituição de um corpo. A biomedicina ainda prolifera o discurso de que a doença é um desequilíbrio não só biológico, mas também social (BARRETO, 2021). A concepção de normalidade, ressaltada pelo modelo biomédico que produz um padrão de funcionamento do indivíduo, respaldando a moralidade da produtividade para se adequarem à sociedade. Essa concepção sobre deficiência produz opressão aos corpos de pessoas com deficiência, fazendo com que surja a necessidade desses corpos serem entendidos em termos políticos e não mais estritamente biomédicos (DINIZ, 2007). Esses discursos de anormalidade e incapacidade, produzem o estreitamento de ciclos sociais onde as pessoas com deficiência ficam sobrepostas a

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

experiência da segregação. O modelo biomédico ao pensar a deficiência, ao ressaltar a ideia de impedimento e anormalidade, bebe dessa concepção para ressaltar a ideia de improdutividade e tragédia pessoal, classificando as lesões e as doenças como desvantagens naturais e indesejadas.

O saber biomédico é vasto ao delimitar o acesso, como e onde, os corpos com deficiência se inserir. Apesar dos avanços de políticas públicas, alimentado pelo progresso das pautas da deficiência na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ainda é difícil viver a experiência da deficiência sem os sofrimentos impostos pela biomedicina. Enquanto uma mulher com deficiência física (formação restrita do antebraço), nunca precisei passar por consultas e avaliações laboratoriais para examinarem minha deficiência e assim ela ser constatada, com exceção da necessidade de gerar um CID (classificação internacional de doenças) para documentar que eu sou uma mulher com deficiência. No meu processo de seleção de mestrado, senti um grande desconforto e inquietação, ao ter a homologação da minha inscrição por cotas de PCD como indeferida, e conseqüentemente o indeferimento da minha inscrição no processo de seleção. A escusa foi de que eu precisava comprovar minha deficiência (completamente aparente), através de um laudo médico, em que eu obtivesse um CID para tal procedimento. Ao receber esse parecer meu corpo ficou paralisado e foi tomado pelo pânico e ansiedade de não conseguir acessar um espaço tão caro e importante para a minha realidade. Eu não me recordava de ter nenhum laudo médico, pois minha deficiência nunca implicou no molde das minhas possibilidades de realizar atividades cotidianas e nunca me trouxe malefícios à saúde, onde eu precisasse recorrer ao atendimento médico. Eu estava desacreditada que meu maior sonho do momento seria corrompido pela ausência burocrática de um laudo. Ainda tentei negociar com a secretaria responsável pela homologação, para que eu me apresentasse para a comissão de seleção para assim poder comprovar minha deficiência apenas com a leitura visual. Uma tentativa um tanto inconsequente, pois essa instituição foi casa para a minha graduação e não se tratava de conhecimento, mas sim de um processo estrutural e burocrático que me impediria de acessar esse local.

Em contrapartida, o processo do amadurecimento antropológico é carregado por mudanças das concepções sobre determinadas questões sócio-culturais. Neste sentido, Mello (2022), reflete sobre como é necessário “aleijar” as antropologias a partir das imediações da deficiência. A teoria aleijada, traz a tentativa descolonizar as percepções pejorativas e estereotipadas que cercam a deficiência. A teoria aleijada oferece um modelo cultural da deficiência, na tentativa de mutilar os pensamentos hegemônicos sobre a deficiência, fugindo

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

da percepção imposta do modelo biomédico, de que a deficiência é puramente natural, biológica e que não há implicações no “eu” pessoal e social das pessoas deficias, (MELLO; AYDOS; SCHUC, 2022). As autoras desenvolvem que é necessário aleijar as antropologias a partir da imediações da deficiência, pois os corpos dos grupos minoritários como mulheres, de LGBTQIA+, indígenas, pessoas pretas geralmente acabam sendo associados como incompletos, vulneráveis, exóticos. Esses grupos são associados aos deslizes da anormalidade e “deficiência”. Então, geralmente as expressões pejorativas sobre deficiência são usadas contra esses grupos também, na tentativa de marginalizar e segregar. Assim as autoras destrincham no texto, que as noções estereotipadas e pejorativas sobre a deficiência, estão enraizadas no pensamento coletivo e individual e atravessam também o fazer antropológico, pois é necessária a compreensão de que os antropólogos também carregam percepções estruturalmente adquiridas. Essas estruturas norteiam o pensar, o agir e todas as formas de manifestações individuais e coletivas (MAUSS; HUBERT, 2003).

Violência como desdobramento da desigualdade de gênero e do capacitismo

Torna-se essencial estabelecer os diálogos interseccionais entre diferentes marcadores sociais. Os estudos antropológicos, etnográficos e de toda ciências sociais buscam compreender como se dão as relações sociais, sua diversidade e como estas se estabelecem. Ao emergir em reflexões antropológicas, etnográficas e sociais, conseguimos identificar quem são os principais alvos das consequências coloniais, imperialistas e capitalistas. Os marcadores de gênero, raça, classe e deficiência são reveladores para os principais argumentos que aqui serão discorridos. O desenvolvimento tardio ou inexistente de políticas públicas, em torno das necessidades reais das minorias sociais, revelam o descaso em promover certa emancipação e equiparidade das relações sociais.

A exemplo da não corroboração dessas práticas, temos a Lei Maria da Penha, nº 11 340, que surge somente em 2006, após Maria da Penha Maia Fernandes, mulher branca, ter vivido inúmeras agressões por parte de seu companheiro e quase ter sido vítima de feminicídio, o que resultou em Maria da Penha fazer parte de mais uma categoria que vislumbra a opressão, a deficiência. Maria da Penha ficou paraplégica, trazendo consigo, a interseccionalidade das pautas de gênero, violência e deficiência. Ela lutou bravamente, até conseguir levar o caso até a Organização dos Estados Americanos e assim conseguir instituir a lei em defesa de todas as mulheres. Assim como Maria da Penha, várias outras mulheres convivem com situações de violências psicológicas, morais, patrimoniais, sexuais e físicas.

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

Pensando nisso, é necessário também entender os processos de violência são presentes em casos em que a violência e a deficiência são ciclos que andam juntos. Vanessa, narra que a violência é algo contínuo para ela e que depois de cega, estes atos se tornaram ainda mais recorrentes.

“Então, violências aconteceram comigo antes mesmo de me tornar uma mulher cega. Inclusive foi através dos picos de estresse, ocasionados pelo assédio que eu comecei a perder minha visão, por conta também da diabetes. Já aconteceu casos de homens fingirem ser moto-taxistas para me levarem aos lugares. Já aconteceu também casos de homens também cegos tentarem me estuprar. De fato não é fácil, eu tenho tentado ressignificar muita coisa e tento evitar também muita coisa.”
(Vanessa)

A violência se reverbera nas relações sociais de forma muito vasta, quando as relações de poder colocam as minorias sociais em subalternidades e geram as relações de opressor e oprimido. Segundo Quijano, (2000) as relações de dominação são baseadas nas ideias eurocêntricas e colonialidade do poder, que inferiorizam grupos minoritários pelas diferenças culturais, etnico-raciais, gênero e classe social. Dessa forma, os sistemas de dominação buscam colocar hierarquicamente, uma suposta hegemonia social, para que prevaleçam seus interesses político-sociais e econômicos, com resultados nas desigualdades sociais e violência. Quando a violência tem o recorte de gênero, há vários aspectos passíveis de serem analisados e investigados. Saffioti (2015) define violência como qualquer sinal de descaracterização de integridades físicas, psicológicas, sexuais, morais. A violência de gênero é alimentada de forma incisiva pelos sistemas de dominação que norteiam nossas formas de existências, o sistema capitalista e o patriarcado. Estas são ferramentas de base das desigualdades sociais.

O conceito de violência de gênero, desenvolvido por Saffioti e Suely Almeida em 1995, contempla as violências exercidas em espaços públicos ou privados e que contempla a Lei Maria da Penha. Entretanto a violência de gênero não contempla apenas à violência ligada a mulher, mas também contempla pessoas LGBTQIA+, como por exemplo homens gays que encontram em situação de violência, seja em ambiente doméstico ou nas esferas trabalhistas. Segundo Gregori (2008) a violência de gênero não se limita apenas a compreender a vitimização da mulher enquanto seres fragilizados e dominados, mas engloba a possibilidade de que mulheres podem se compreender enquanto capazes de se livrarem das amarras discriminatórias e assumir posturas e práticas libertárias que quebram os estereótipos dos seus papéis sociais. As relações de violência de gênero podem ter relações de poder distintas, como: raciais, de classe, ascensão social e de deficiência (Debert e Gregori, 2008).

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

As perspectivas da violência de gênero deixam também em evidência outros aspectos socioculturais, como exemplo as questões de deficiência.

Os debates de gênero, deficiência e cuidado, passam a ser tratados pelas teóricas feministas, ao identificarem 3 eixos norteadores para esses debates, conforme Mello e Nuerneberg (2012) descrevem: 1) a desnaturalização dos corpo, a dimensão identitária do corpo e a ética feminista da deficiência e do cuidado. A experiência subjetiva do corpo lesado, ressignifica a experiências de transcendência do corpo, para as vivências de dor que mulheres deficias experienciam ao viver em “corpos lesionados”. As perspectivas feministas descrevem que a violência contra mulheres com deficiência é parte da questão maior que envolve a violência contra pessoas com deficiência em geral e inclui a violência cometida com força física, compulsão legal, coerção econômica, intimidação, manipulação psicológica, fraude e desinformação, e na qual a falta de consentimento livre e informado é um indispensável componente analítico.

Na fala de Amélia, 37 anos, mulher negra, com deficiência visual, moradora de uma periferia de Maceió, essa noção de uma dupla vulnerabilidade fica evidente.

“Quando eu tinha 17 anos, eu fui dormir na casa de uma amiga. Não sei se foi uma violência, se foi uma pré violência sexual, mas deve ser, né? (risos embargados). Eu estava dormindo e eu acordei com uma mão do indivíduo (irmão da amiga) tocando minhas partes íntimas. Então como eu não tenho sono muito pesado, acordei e saí da cama, não gritei, nem nada. Só pedi pra ele parar com aquilo, porque no início eu fiquei assustada, né? Porque você acorda assustada com alguma coisa tocando ali. Passado isso acordei e eu falei para ele parar com isso. Não ia falar para todo mundo e o meu maior erro foi não ter falado. Mas por que ele deve ter feito isso? Porque ele deve ter pensado: ah! menina com deficiência visual, vulnerável. Ela não vai fazer nada, vai até permitir. É permitido, né? Eu posso transar com ela aqui mesmo, aí não vai dar em nada então.” (Amélia)

Pensando nas interseccionalidades ao identificar a catalogação dos perfis das mulheres expostas às violências, é necessário pautar que a violência se perpetua de forma muito vasta quando os marcadores sociais estão ligados às identidades etnico-raciais. A colonialidade de gênero é como um processo que invisibiliza e desumaniza mulheres pretas, indígenas, que enquanto mulheres colonizadas torna-se um ser vazio, indigno de ser considerado mulher, como as mulheres puramente brancas. Com essa perspectiva, as mulheres com deficiência, negras, moradoras de periferia, também passam por situações em que sua identidade etnico-racial é peça chave para o destaque das violências. Segundo Quijano (2010), o sistema capitalista institui hierarquicamente seres “superiores” e “inferiores”, com base em suas identidades etnico-raciais para que se legitime a referência fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Por isso é necessário entender que

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

os processos “civilizatórios” em que mulheres pretas ou “colonizadas” se inserem, se diferencia dos processos em que mulheres brancas experienciam. Lugones (2014) salienta que eles se diferenciam porque enquanto mulheres brancas, apesar de estarem em situação de opressão, eram vistas enquanto o “corpo puro” para reproduzir os interesses do capital com sua pureza sexual europeia.

“Fui até a padaria e na volta meu vizinho me acompanhou. Na época eu tinha 25 anos. Eu sempre usava tranças no cabelo e ele ao caminhar do meu lado perguntou onde eu fazia o e o preço cabelo. Eu respondi. Ele disse que conhecia um lugar que fazia tranças e o que o trabalho da moça que fazia era bem reconhecido e mais barato. Eu pedi o endereço ou o telefone pra ter conhecimento e ele disse que ia procurar. Chegamos na minha casa, eu entrei e ele seguiu o caminho dele. Depois ele retorna à minha casa, falando que iria até o bairro que a moça trabalhava. Disse também que me deixaria na porta dela pra ela poder conversar pessoalmente. Eu concordei. Ele me levou me moto. Ao chegar lá, ele disse que a casa da moça estava fechada e que ia ter que passar em outro lugar. Eu olhando aquele lugar, era apenas mato de um lado e mato de outro lado. Era um lugar bem esquisito, mas eu confiei e prossegui com ele, afinal de contas era meu vizinho. Eu confiei. Ele parou a moto em outro lugar esquisito e pediu pra que eu fosse com ele até o mato. Ele me pegou pela mão, me arrastando pra outro lugar e colocou minha mão na parte íntima dele e disse: “Olhe, eu te mantenho com o dinheiro que você precisar e a gente fica junto, em outra cidade”. Eu paralisei e perguntei se ele estava ficando louco. Ele não estava sendo grosso, mas eu me assustei. Ele pediu pra tirar minha calça e ficou tentando me convencer. Após eu falar que estava menstruada, ele virou de costas pra mim e se masturbou. Eu não conhecia aquela região e estava totalmente dependente dele pra voltar. Eu não sabia andar sozinha. Até hoje eu ouço o som que ele fazia e isso me corrói a mente. Eu senti muito nojo.” (AMÉLIA)

Outro ponto que chama a atenção aqui é que segundo dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública mostram que 58,5% dos casos de violência contra as pessoas com deficiência aconteceram em ambientes domésticos. Segundo os dados levantados, a maioria dos agressores são pessoas próximas, que acabam tendo contato corriqueiro com as vítimas, sobretudo quando os casos não são denunciados, pelo desamparo das leis vigentes. A violência acaba por ser sentida de mais intensa quando a agressão é proferida por alguém próximo que outrora existisse estabelecido um vínculo afetivo ou de confiança. O vínculo afetivo ainda pode permanecer porque a manipulação da situação acaba por naturalizar essas situações de violência.

Considerações finais:

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

Finalizo essa reflexão, concluindo que a desigualdade de gênero e o capacitismo, fazem mulheres ter experiências baseadas nas consequências estruturais que impactam suas vidas e torna necessário o enfrentamento do capacitismo com a desigualdade de gênero, tendo em vista via dupla de opressão e vulnerabilidade. Entretanto, a falta de visibilidade sobre as especificidades das mulheres deficias, torna o desenvolvimento de políticas públicas difícil de ser realizado. É necessário pautar a necessidade do Estado se comprometer em subsidiar produções políticas que sejam combatentes e que deem perspectiva de qualidade de vida para mulheres com deficiência. Para isso, os debates específicos sobre pessoas com deficiência no geral, precisam ser expandidos para além dos que chegam ao senso comum, alimentados pelo ponto de vista biomédico. Os estudos sobre deficiência revelam que os corpos que são referências de ideal, são os corpos sem deficiência que suprem a expectativa de normalidade que o discurso biomédico prolifera, tornando nítido que não são as diferenças biológicas que segregam, mas sim a leitura social, internalizada pelas estruturas sociais, que coloca os corpos das pessoas com deficiência em um lugar de subalternidade.

É compromisso também das Universidades, principais formadoras de conhecimento empíricos, produzirem dados acerca do modelo cultural e social da deficiência. Embora a Lei de Inclusão Brasileira e a Lei Maria da Penha estejam em vigor, ainda há barreiras que precisam ser melhor entendidas para serem quebradas, pois a violência contra mulheres com deficiência ainda é invisível. A violência contra mulheres com deficiência, no Brasil é pouco pesquisada e conseqüentemente é pouco discutida nos espaços públicos e privados. O avanço da leitura social da deficiência, precisa sair dos muros da Universidade e chegar até o senso comum, onde está a família, os vizinhos, os amigos e todo ciclo social responsável por corroborar com reproduções do capacitismo, capitalismo e do patriarcado. É necessário que pessoas com deficiência assumam o protagonismo das suas histórias e possam vivê-las, sem que isso intensifique as consequências físicas e psicológicas da incapacidade social de conviver com os corpos diferentes.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Karla. (2019.). Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 150 p.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência, *Horizontes Antropológicos*, 64 | -1, 7-29.

BARRETO, João Paulo Lima. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o

Etnografia sobre violência contra mulheres deficiças

conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. 2021. 190 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. 124p.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. (2008) Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 165-211.

DINIZ, Débora. (2007)O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense.

GREGORI, M. F.(1993), Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas - REF. Ano 2, 2º sem., 1994, p. 473-483.

HARAWAY, Donna J. (2009) “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano Trad. de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33- 118.

LOURO, Guacira L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. Esboço de uma teoria geral da magia. In: Marcel Mauss. Sociologia e Antropologia. (trad. Paulo Neves) São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 47-181.

MAYA, Asunción M. Mujer y discapacidad: una doble discriminación Hergue: Andaluza; Huelva, 2004.

MELLO, A. & NUERNBERG, A. 2012. “Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas.” Revista Estudos Feministas, 20(3):635-655.

MELLO, Anahi Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

QUIJANO Aníbal(2000). “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER Edgardo (Compilador).La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias Sociales. Clacso: Buenos Aires, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza de. (1995) Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

VERNON, Ayesha. "The Dialectics of Multiple Identities and the Disabled People's Movement." *Disability & Society*, v. 14, n. 3, p. 385-398, 1999